



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de posse do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e
lançamento do Programa de Combate à Violência Contra a Mulher**

Palácio do Planalto, 27 de agosto de 2003

Minha querida senhora Mariza Campos Gomes da Silva, companheira
do nosso querido José Alencar, vice-presidente da República,

Meu caro José Alencar,

Meu caro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,

Minha querida Emília Fernandes, secretária especial de Políticas para as
Mulheres,

Meus companheiros e companheiras ministros que estão aqui,

Senhores parlamentares,

Senhores e senhoras embaixadores e embaixadoras acreditados junto
ao meu governo,

Minhas amigas e meus amigos representantes do Conselho,

Meus amigos e minhas amigas,

Minha “gordinha”,

Minha querida Helena,

Meu querido Dan,

Quero começar dando meus parabéns ao conjunto “Toque de Salto”,
que tão bem tocou o Hino Nacional e acompanhou. E quero agradecer também
o belo espetáculo dado a todos nós pelo grupo de teatro “Loucas de Pedra
Lilás”, de Pernambuco.

Eu poderia começar dizendo assim: “Mulheres do mundo, uni-vos contra
os raqueteiros!”



O dia de hoje marca um momento importante na política de promoção dos direitos das mulheres do nosso governo. Com a posse dos novos membros do Conselho Nacional de Direito das Mulheres fica mais fortalecido esse canal de diálogo entre o governo e a sociedade, um canal de participação que deve ser cada vez mais valorizado. Esse Conselho é resultado do desejo e de muita luta de movimentos, entidades, cidadãs e cidadãos envolvidos na defesa dos direitos da mulher.

E vocês – representantes do governo ou de movimentos de mulheres – que assumem hoje essa função, sabem da responsabilidade que têm para formular e ajudar a implementar políticas de igualdade de gênero no Brasil.

O governo tem o compromisso de fortalecer e ampliar as conquistas já alcançadas pelas mulheres, para que um dia todas obtenham cidadania plena em nosso país. Milhões de mulheres são, hoje, chefes de família e garantem – às vezes sozinhas – o seu sustento e o de seus filhos. Quantos não são os casos em que vivem oprimidas e discriminadas no mundo do trabalho? Como bem lembrou a ministra Emilia Fernandes, é missão dessa Secretaria trabalhar para garantir a igualdade de gênero também nas relações de trabalho.

E o que dizer da situação das mulheres negras? E das indígenas? E da exploração sexual, que atinge inclusive crianças e adolescentes? Temos que superar essas situações de injustiça e desigualdade.

No evento em que comemoramos juntos, aqui mesmo, o Dia Internacional da Mulher, eu disse: As mulheres devem ser protagonistas desse novo momento político do nosso país. Esse é um dos principais desafios do governo, deste Conselho e, eu diria, de toda a sociedade brasileira.

E a violência contra a mulher é um dos aspectos mais graves entre todos os que precisam ser enfrentados. Quero, portanto, deixar claro que o programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher será implantado com todo o nosso empenho. Este Programa – como já foi enfatizado pela ministra Emília – deverá ampliar e apoiar as instâncias que dão



atendimento, proteção e suporte jurídico às mulheres que são vítimas de violência. Elas precisam ter certeza de que encontrarão nesses serviços qualidade e segurança suficientes para que possam se expor – fazendo as denúncias –, rompendo assim com a situação de violência e silêncio que as oprime.

Sempre tenho dito que a questão dos direitos da mulher é também uma questão cultural, que não se esgota apenas na formulação de leis. Tem que ser exercitada todo santo dia. É claro que precisamos de uma legislação rigorosa, mas é preciso valorizar o papel da educação e da difusão de valores que têm a capacidade de mudar hábitos e comportamentos.

É nesse sentido que temos a obrigação de contemplar políticas de igualdade das mulheres em todas as ações de governo, em todos os Ministérios e secretarias especiais. E isso, graças a Deus, já estamos fazendo.

Um exemplo concreto é o programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – o Pronaf-Mulher. Com este Programa, a mulher que trabalha na agricultura familiar passou a ter direito a obter crédito agrícola, conquistando a oportunidade de investir na propriedade da família, independentemente dos planos e dos projetos do seu marido.

Quero ainda aproveitar para falar da Marcha das Margaridas, que ontem ocupou maciçamente a Esplanada dos Ministérios. Participaram da caminhada milhares de trabalhadoras rurais que lutam pelo direito à terra, à saúde, ao trabalho e também pelo combate à violência contra as mulheres e à violência no campo. A Marcha homenageou a líder sindical Margarida Maria Alves, no vigésimo ano do seu assassinato.

Eis as palavras que enviei para as companheiras e companheiros da Paraíba, que durante uma semana lembraram a sua história:

“Margarida Maria Alves permanece na nossa memória como exemplo de mulher consciente e corajosa, que há 20 anos pagou com a própria vida a sua



extrema dedicação à luta dos canavieiros de Alagoa Grande e do Brejo Paraibano. Seu exemplo motivou – e continua motivando – mulheres e homens, em todo o Brasil, a lutarem por seus direitos. Margarida revive em milhões e milhões de novas flores.”

Quero concluir reafirmando a convicção do governo de que a nossa sociedade será tanto mais democrática quanto maior for a participação ativa da mulher brasileira. Portanto, desejo ao Conselho um bom trabalho a serviço dos direitos da mulher e da cidadania no nosso país.

Mas, quero repetir uma coisa que tenho dito a vocês: precisamos nos convencer de que as leis são extremamente importantes e, tantas quantas forem necessárias terão que ser feitas. Mas temos que nos convencer de que, se não apostarmos numa nova geração com mais qualidade do que a nossa, a partir do tipo de educação que dermos a essas crianças, nós continuaremos a ter muita dificuldade.

E a educação da proteção da mulher, da igualdade, da cidadania, que a mulher tanto precisa, acho que tem que ser dada numa sala de aula em que meninos e meninas possam ouvir, porque não adianta apenas uma parte ouvir. É preciso que as duas partes ouçam, para que possamos apostar que os nossos filhos e os nossos netos viverão em uma nação infinitamente mais tranqüila na relação entre a mulher e o homem, do que vivemos hoje.

Essa é uma tarefa, minha querida Emília, que você e o nosso Ministro da Educação vão ter que trabalhar com afinco, para que possamos superar, inclusive, o preconceito que ainda está entranhado na mente de homens e mulheres deste país.

Nós sabemos que não são todos os pais que aceitarão que a sua filha tenha uma aula sobre educação sexual na escola. Nós já temos experiência e sabemos que a educação pode, quem sabe, ser o grande instrumento de superação que precisamos para isso.

E, aí, acho que entra o papel dos meios de comunicação. Acho que o



que está sendo mostrado na novela das oito – já que estão aqui os nossos dois companheiros com os codinomes de Raquel e Marcos – é, na verdade, uma coisa do cotidiano deste país periférico, deste país rico, deste país negro, deste país branco, deste país índio, deste país trabalhador, deste país desempregado. Só que, na vida real, não é uma raquete. Na vida real, a coisa é mais bruta, é mais desumana. Acho que a televisão pode ser um instrumento excepcional para que possamos ajudar a formar a nossa gente.

E, por último, Emília, um recado a você e à companheira Benedita da Silva: hoje, fui participar de um ato ecumênico para nossos heróis que trabalhavam na Base de Alcântara e que morreram. E o que percebemos lá é que a grande maioria das mulheres que ficaram viúvas têm crianças.

Nós assumimos alguns compromissos. Primeiro, o compromisso de mandar um projeto de lei para o Congresso Nacional criando uma indenização de reparo para esses companheiros. Segundo, assumi publicamente o compromisso de que vamos mandar um projeto de lei para que essas crianças tenham bolsas de estudo até terminarem a universidade.

Mas acho que a nossa Secretaria Especial da Mulher pode ter um papel ainda melhor, porque, possivelmente, nem todas as mulheres que perderam seus maridos se prepararam, ao longo desses últimos anos, para enfrentar essa situação, sobretudo no mercado de trabalho. Acho que temos que dar uma atenção especial a essas mulheres para que o sofrimento pela perda do marido seja menor, na medida em que elas percebiam que o mundo pela frente não será tão difícil como habitualmente é para todas as pessoas que perdem um ente querido.

Eu quero, inclusive, terminar pedindo que, de pé, fizéssemos um minuto de silêncio para os nossos mortos e para as famílias.

Muito obrigado. E vivam as mulheres brasileiras!